

86 Anos do Voto Feminino no Brasil e a Mulher nos Espaços de Poder



APRESENTAÇÃO

Em 2018 comemora-se 86 anos desde que a mulher conquistou o direito de votar e de ser votada no Brasil. A luta pelo voto feminino e pela participação das mulheres na política, apesar de antiga (data de meados do século XIX), ainda está longe de acabar. Hoje, no mundo inteiro, é ínfima a representatividade feminina nos cargos eletivos. O Brasil ainda mantém sua posição entre os países mais conservadores.

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, reconhecendo a legitimidade dessa luta, apresenta a exposição *86 Anos do Voto Feminino no Brasil e a Mulher nos Espaços de Poder*, cumprindo o papel de homenagear as mulheres e, ao mesmo tempo, reforçar a urgência do atendimento às demandas pela igualdade de gênero.

A exposição multimídia oferece a seus visitantes a oportunidade de conhecerem a evolução do direito da mulher brasileira à plena cidadania. Quanto à acessibilidade, cada Qr Code, no alto e, à direita dos painéis, linka diretamente o visitante às fontes informativas, bastando para tanto um celular e um app de leitura para Qr Codes.

A mostra faz o devido registro da influência internacional das sufragistas, para, em seguida, salientar alguns dos marcos da história nacional relativos à luta pelo direito das brasileiras de dar e receber votos, destacando, ainda, algumas das mulheres que se sobressaíram na trajetória das eleições brasileiras. Reúne, por fim, documentos, dados e imagens que dialogam com o tema do voto feminino.

A Justiça Eleitoral não poderia deixar de dar seu testemunho da importância que o voto feminino tem para o mundo e, particularmente, para a nação brasileira. Com esta mostra, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia espera semear a contínua valorização do exercício da cidadania por aquelas que demandam o pleno direito de serem ouvidas e representadas em um país democrático como o Brasil.

A Comissão de Memória Eleitoral



Tribunal
Superior
Eleitoral





Katherine Sheppard

Katherine Wilson Sheppard nasceu em 10 de março de 1847, na Inglaterra. Após imigrar com sua família para a Nova Zelândia, fundou a Women's Christian Temperance Union e o National Council of Women, tornando-se uma notória ativista dos direitos da mulher, dentre os quais, a defesa do exercício do sufrágio. Em 1893 apresentou ao Parlamento da Nova Zelândia uma petição com aproximadamente 32 mil assinaturas favoráveis ao voto feminino. Apesar da grande oposição, a lei foi aprovada, tornando a Nova Zelândia o primeiro país do mundo a garantir esse direito às mulheres, inspirando a mobilização pelo voto feminino em todo o mundo.



Carrie Chapman



Carrie Chapman Catt nasceu na cidade de Ripon, Estado de Nova Iorque, em 9 de janeiro de 1859. Foi uma das mais importantes líderes do movimento sufragista nos EUA. Fundou as instituições League of Women Voters e International Alliance of Women e presidiu a importante organização National American Woman Suffrage Association. O resultado mais importante do movimento sufragista liderado por Chapman foi a promulgação da 19ª Emenda à Constituição dos EUA, em 26 de agosto de 1920, que determinava que “o direito de voto dos cidadãos dos Estados Unidos não será negado ou cerceado em nenhum Estado em razão do sexo”.

Emmeline Pankhurst

Emmeline Pankhurst nasceu na cidade de Manchester, Inglaterra, em 15 de julho de 1858. Foi uma das principais fundadoras do movimento britânico sufragista. Em 1876 começou sua atuação no movimento. Em 1903, junto com o marido, um advogado socialista, fundou a WSPU (União Social e Política das Mulheres). Em 1917, juntamente com sua filha Christabel, criou o Partido das Mulheres, o qual durou até 1919. Emmeline morreu um pouco antes do Parlamento Britânico conceder o poder de voto às mulheres, em 1928.





Nísia Floresta



Nísia Floresta Brasileira Augusta nasceu em 12 de outubro de 1810 na cidade de Papari, Capitania da Paraíba (atual Rio Grande do Norte) e foi uma educadora, escritora e poetisa brasileira. É considerada uma pioneira do feminismo no Brasil e foi provavelmente a primeira mulher a romper os limites entre os espaços públicos e privados, publicando textos em jornais na época em que a imprensa nacional ainda engatinhava. Nísia também dirigiu um colégio para moças no Rio de Janeiro e escreveu livros em defesa dos direitos das mulheres, dos indígenas e dos escravos.

Celina Guimarães

Primeira eleitora do Brasil, Celina Guimarães, professora em Mossoró/RN, integrou a relação dos eleitores potiguares em 1927. Seu alistamento constituiu um marco da vanguarda feminina na América do Sul ao tornar realidade o voto feminino no nosso país. Um total de 15 mulheres do Estado do Rio Grande do Norte participou das eleições em 1928, porém seus votos foram anulados pela Comissão de Verificação de Poderes do Senado Federal.



Alzira Soriano



Alzira Soriano foi a primeira mulher eleita para o cargo de prefeito no Brasil, em Lajes/RN, pelo Partido Republicano. Foi tema de matéria do jornal The New York Times, que chamou a atenção para a “americanização” do Estado do Rio Grande do Norte. Posteriormente, foi eleita vereadora pelo Município de Jardim de Angicos/RN, pela União Democrática Nacional. Reelegeu-se por mais duas vezes e exerceu a presidência da Câmara de Vereadores.



Antonieta de Barros



Professora e jornalista, Antonieta de Barros foi a primeira mulher negra a assumir mandato eletivo no Brasil. Na primeira eleição em que as mulheres brasileiras puderam votar e ser votadas, filiou-se ao Partido Liberal Catarinense/SC e foi eleita deputada estadual, exercendo o mandato de 1934 a 1937. Foi também a primeira mulher a participar do Legislativo Estadual de Santa Catarina. Sob o pseudônimo de Maria da Ilha, escreveu o livro *Farrapo de Idéias*.

Bertha Lutz

Bióloga e líder feminista, Bertha Lutz trabalhou 46 anos como docente e pesquisadora do Museu Nacional no Rio de Janeiro. Defensora do voto feminino, representou o movimento feminista na Comissão Elaboradora do Anteprojeto da Constituição de 1934. Criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (que depois passou a denominar-se Federação Brasileira pelo Progresso Feminino) e exerceu o mandato de deputada federal de 1935 a 1937.



Carlota Pereira Queiroz

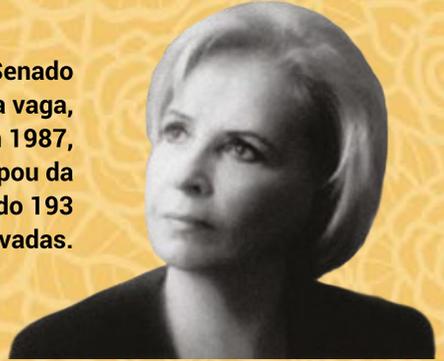


Primeira deputada federal do Brasil, Carlota Pereira Queiroz participou de trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte (1933), integrando a Comissão de Saúde e Educação. Como constituinte, elaborou o primeiro projeto brasileiro sobre a criação de serviços sociais no país. Médica, também foi eleita membro da Academia Nacional de Medicina (1942).



Eunice Michiles

Eunice Michiles foi a primeira mulher a integrar o Senado Federal em 1979, por ocasião da morte do titular da vaga, João Bosco de Lima. Após o fim de seu mandato em 1987, foi eleita Deputada Federal pelo PFL/AM e participou da Assembléia Nacional Constituinte, apresentando 193 emendas, das quais 54 foram aprovadas.

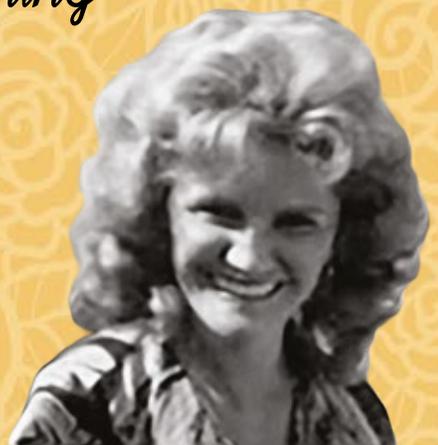


Laélia Alcântara

Laélia Alcântara foi a primeira negra senadora no Brasil (Acre) e a segunda na história republicana. Permaneceu no Senado de março a julho de 1981, dado o afastamento por motivos de saúde do titular da vaga, Adalberto Sena. A partir de janeiro de 1982 assumiu o cargo definitivamente, após o falecimento do titular. Formada em medicina no Rio de Janeiro, foi trabalhar no Estado do Acre (à época, território federal), no início dos anos 1950.

Iolanda Fleming

Primeira mulher a governar um estado brasileiro, Iolanda Ferreira Lima Fleming foi eleita vice-governadora do Acre, em 1982, integrando chapa com Nabor Júnior. Com a saída do titular para disputar vaga no Senado Federal, assumiu o governo por cerca de 300 dias. Dentre as realizações de sua gestão destaca-se a implantação da Delegacia Especializada em Atendimento da Mulher.





Aliete Morhy

A advogada Aliete Alberto Matta Morhy foi a primeira vereadora eleita no ano de 1972 em Guajará-Mirim, no então Território Federal de Rondônia. Atuou também como Procuradora Geral do Estado de Rondônia.

Marise Castiel

Marise Magalhães Costa Castiel é considerada a pioneira na luta feminina em Rondônia na área da educação, principalmente através de sua influência política, pois exerceu importantes cargos públicos. Em 1976 foi eleita como primeira vereadora de Porto Velho. Trabalhou na criação da Escola Normal do Guaporé e, além de ser orientadora educacional e professora de História do Brasil. Era considerada uma professora tão preparada que substituiu qualquer professor que faltasse na Escola Normal. Também era pianista formada no Conservatório de Música Carlos Gomes, no Pará.



Lúcia Tereza



Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos, professora, natural de Presidente Prudente, foi a primeira mulher a ser eleita prefeita na Amazônia em 1982, por Espigão do Oeste. Eleita Deputada Estadual em 1990, reelegeu-se novamente em 1994 e 1998. Foi reeleita prefeita por mais dois mandatos (2000 e 2004). Tornou a ser eleita Deputada Estadual em 2014.



Odaísa Fernandes

A deputada Odaísa Fernandes, natural do Acre, foi Vereadora por Porto Velho (1982) primeira Deputada Estadual eleita por Rondônia (1986), juntamente com Joselita Araújo, sendo a primeira mulher a presidir a Assembléia Legislativa (1988) e também a primeira Vice-Governadora eleita. Foi eleita, ainda, Deputada Federal por Rondônia (1998).



Joselita Araújo

Joselita Araújo, natural da Paraíba, foi eleita vereadora por Ouro Preto do Oeste em 1982. É uma das primeiras deputadas estaduais eleitas no Estado de Rondônia (1986), juntamente com Odaísa Fernandes. Eleita Prefeita de Outro Preto do Oeste em 1988, exerceu posteriormente a Vice-Prefeitura em duas ocasiões.

Rita Furtado

Rita Isabel Gomes Furtado é natural de Brasília. Professora e jornalista, foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Deputada Federal por Rondônia (1982). Foi reeleita em 1986. Participou também da Assembléia Nacional Constituinte de 1988.





Janilene Melo



Janilene Vasconcelos de Melo é natural da Paraíba. Advogada, administradora e contadora na gestão do governador Jorge Teixeira (1979-1985). Foi secretária-adjunta e, posteriormente, titular da pasta da SEPLAN. Em 1984 foi nomeada por decreto presidencial, baixado pelo presidente João Figueiredo, substituta do governador do Estado de Rondônia, a pedido de Jorge Teixeira. Em 3 de janeiro de 1984, assumiu o governo em virtude de licença do titular para tratamento de saúde, tornando-se, então, a primeira mulher a governar o Estado de Rondônia. Exerceu esse cargo até 15 de fevereiro de 1984.

Fátima Cleide

A professora Fátima Cleide é natural de Porto Velho. Foi a primeira mulher eleita Senadora por Rondônia (2002). Graduada em Letras, tem forte ligação com os movimentos sindicais de professores. Foi secretária-geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia (SINTERO). Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1988, presidindo-o por duas vezes.



Dilma Rousseff



Primeira mulher a se eleger presidente da República do Brasil, Dilma Vana Rousseff é natural de Belo Horizonte/MG. Iniciou a militância política aos 16 anos. Ocupou, dentre outros, o cargo de Secretária de Estado de Energia, Minas e Comunicações, no Rio Grande do Sul, e o de Ministra de Minas e Energia, em Brasília. Foi eleita Presidente da República em 2010 e reeleita em 2014. Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff e Marina Silva obtiveram, conjuntamente, os votos de dois terços do eleitorado brasileiro.



Eunice Johnson



Eunice Luiza Johnson Batista é natural de Porto Velho. Foi a primeira mulher negra a ingressar na Universidade Federal de Rondônia. Graduada em Filosofia, é Mestre em Psicologia Social pela Universidade Gama Filho (1980). Atuou na Secretaria de Educação de Rondônia e ocupou cargos da Educação Básica. Foi Diretora do Departamento de Ensino da SEDUC/RO.

Berenice Tourinho

Maria Berenice Tourinho é natural do Rio de Janeiro. Foi a primeira mulher reitora da Universidade Federal de Rondônia. Doutora em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidad de La Habana, Cuba (2002) e Mestre em Serviço Social pela PUC/RJ (1986). Atualmente, é docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD).



Indira Stédile



Indira Simionatto Stédile Assis Moura Brasil é natural de Pimenta Bueno. É a primeira surda Mestre em Letras da Região Norte. Foi a primeira Presidente da Associação dos Surdos de Porto Velho-ASPVH (2010-2015) e é uma das líderes do Movimento Surdo de Rondônia. Atualmente é professora e pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia.

Dona Deusa

Idelzuita da Silva (Dona Deusa) é servidora da UNIR desde 1985. Teve a vida dedicada à comunidade acadêmica na cidade de Porto Velho. Atua no Departamento de Medicina e participa ativamente da formação dos futuros médicos de Rondônia. É Técnica em Enfermagem e em Instrumentação Cirúrgica.





Ivanira Feitosa

Ivanira Feitosa Borges é natural da Paraíba e foi advogada do INCRA. Tornou-se a primeira Juíza de Direito concursada em Rondônia (1982) e membro do TRE-RO (2004-2005). Promovida a Desembargadora, atuou como Corregedora-Geral da Justiça (2006-2007), Corregedora do TRE-RO (2008-2009) e Presidente do TRE-RO (2012-2013).



Zelite Carneiro



Zelite Andrade Carneiro é natural de Roraima. Foi defensora pública do Distrito Federal e primeira mulher presidente de uma seccional da OAB na região norte (1981-1982), seccional de Roraima. Promotora e Procuradora de Justiça do Ministério Público de Rondônia. Foi Corregedora-Geral e Procuradora-Geral de Justiça, Desembargadora do Tribunal de Justiça de Rondônia. Foi a primeira mulher Presidente do TJRO (2008-2009) e primeira mulher Presidente do TRE-RO (2010-2012).

Sandra Silvestre

Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres é natural de Minas Gerais. Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Rondônia, atualmente Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral do Conselho Nacional de Justiça (Brasília). Atuou, também, como Juíza de Direito Internacional das Nações Unidas no Timor Leste (2004-2006).





Maria Abadia

Maria Abadia de Castro Mariano Soares de Lima é natural de Goiás e foi servidora do Poder Judiciário de Rondônia de 1986 a 1992. Posteriormente atuou como Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Rondônia.

Jaqueline Gurgel

Jaqueline Conesque Gurgel do Amaral é a primeira Juíza Federal rondoniense. Foi Promotora de Justiça em Rondônia (2009-2011). Posteriormente, assumiu o cargo de Juíza Federal Substituta do TRF 1ª Região. Foi promovida Juíza Federal titular na Subseção Judiciária de Guajará-Mirim (2013). Atualmente, ocupa o cargo de Diretora do Foro da Seção Judiciária de Rondônia (2018-2020).



Joselia Valentim



Joselia Valentim da Silva foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Juíza Eleitoral efetiva da classe jurista, na Corte do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos períodos de 2001 a 2005, em dois biênios sucessivos. É advogada atuante na cidade de Porto Velho.



1893/2018

Datas da conquista do

Voto Feminino
no mundo



- 1893 Nova Zelândia
- 1902 Austrália
- 1913 Noruega
- 1917 Rússia
- 1918 Alemanha e Polónia
- 1920 Estados Unidos
- 1928 Inglaterra
- 1932 Brasil
- 1934 Turquia
- 1944 França
- 1945 Senegal
- 1949 China
- 1950 Índia
- 1956 Egito
- 1971 Suíça
- 1974 Jordânia
- 1994 África do Sul
- 2005 Kuwait
- 2015 Arábia Saudita



1818/1920

Origens do

Movimento Sufragista

O movimento sufragista surgiu com a percepção de que as mulheres só alcançariam melhores condições de vida para si quando os políticos dependessem do apoio de um eleitorado feminino.

A luta pelos direitos políticos das mulheres foi árdua em muitos países, em especial na Nova Zelândia, Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. A experiência nesses três países inspirou mulheres no mundo todo, inclusive no Brasil.

Cronologia do início do movimento sufragista



- Kate Sheppard preside a Woman's Christian Temperation Union (1885).
- Em 19 de setembro de 1893, o voto feminino foi autorizado na Nova Zelândia.



- Women's Rights Convention (1848), National Woman Suffrage Association (NWSA) (1869) e American Woman Suffrage Association (AWSA) (1869).
- Millicent Fawcett preside a National American Woman Suffrage Association (NAWSA) resultado da fusão entre a NWSA e a AWSA de 1897 até 1919.
- Carrie Chapman Catt preside a NAWSA de 1900 a 1904 e de 1915 a 1920. Em prol de uma atuação pragmática, excluiu da associação as mulheres negras, imigrantes, trabalhadoras e feministas militantes.
- A 19ª Emenda à Constituição (1920) concedeu direitos políticos às estadunidenses.



- Female Political Association (1847): fundada por militantes oriundas do movimento abolicionista.
- National Union of Women's Suffrage Societies (NUWSS) (1897).
- Women's Social and Political Union (WSPU) (1903): fundada por Emmeline Pankhurst, a associação adotou o lema deeds not words, que antecipava a ruptura com a forma de atuação de outros grupos – militância agressiva em oposição à atuação moderada.
- A partir de 1908, a WSPU adotou medidas mais violentas, como a destruição de prédios públicos e privados. Isso ocasionou o encarceramento de inúmeras mulheres, que reagiram com greves de fome. Nesses casos, temendo o surgimento de mártires, o governo impôs a alimentação forçada. Em 1913, Emily Wilding Davison atirou-se à frente do cavalo do rei da Inglaterra, tornando-se a primeira mártir do movimento.
- Em 1918, a lei parlamentar Representation of the People Act concedeu direito de voto, com restrições, às mulheres maiores de 30 anos. Em 1928, o voto foi estendido a todas as mulheres.



1932

A conquista do voto
nas mulheres
no Brasil

No Brasil, as discussões sobre o papel da mulher intensificaram-se a partir do final do século XIX. O individualismo político e filosófico contribuiu para que o cidadão se tornasse a unidade básica de atuação social. Nesse contexto, como conceber que metade dos indivíduos estivessem excluídos do processo eleitoral?

A primeira Constituição Republicana do Brasil, de 1891, foi omissa quanto aos direitos políticos da mulher, possibilitando que os estados regulamentassem a matéria. Assim, em 1927, houve o alistamento eleitoral de um grupo de mulheres no Rio Grande do Norte. No entanto, seus votos não foram considerados apuráveis pela Comissão de Verificação de Poderes do Senado Federal. Apenas a partir de 1932, com a publicação do primeiro Código Eleitoral, as mulheres conquistaram o direito de votar e ser votadas em todo o território nacional.

O Brasil foi um dos primeiros países a consagrar o voto da mulher, que, de início, era facultativo para aquelas que não exerciam função remunerada.

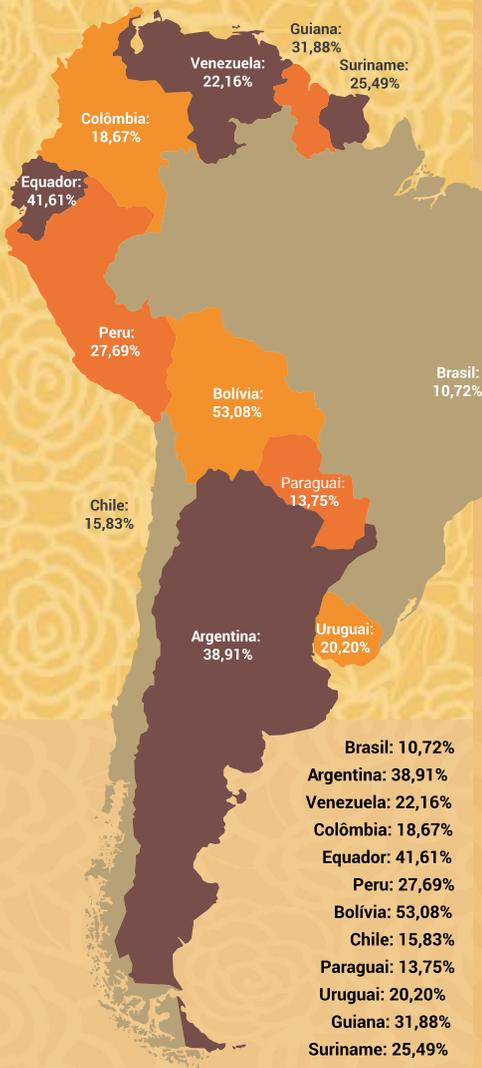
Apesar de constar, no anteprojeto do Código Eleitoral, a exigência de autorização do marido para que a mulher casada pudesse votar, tal dispositivo foi excluído no texto aprovado. O Plenário do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, designação do TSE à época, manifestou-se sobre o tema afirmando que “as disposições acerca da incapacidade relativa da mulher não tinham efeitos sobre os direitos eleitorais”

(Acórdão nº 272, de 10.2.1933).



1995

Em busca de maior representatividade: *as cotas de gênero*



Fonte: Women in national parliaments

A pesar dos 86 anos de voto feminino no Brasil, poucas mulheres ocupam cargos eletivos. Levantamento feito pela Câmara dos Deputados em 2011, por exemplo, revelou que, desde a primeira eleição em que as mulheres puderam se candidatar, apenas 176 deputadas exerceram mandato legislativo até aquele ano.

Mais recentemente, na edição de 2015 da publicação conjunta Mais Mulheres na Política, as duas Casas do Legislativo divulgaram a participação das mulheres no parlamento brasileiro: até aquele ano, elas eram apenas 16% no Senado Federal, 13% na Câmara de Vereadores, 11% nas Assembleias Legislativas e 10% na Câmara dos Deputados.

A política de cotas tem sido apontada, na maior parte dos países, como instrumento capaz de alterar as relações desiguais entre homens e mulheres. Na América Latina, a Argentina foi o primeiro país a assegurar, em 1991, o mínimo de 30% das listas dos partidos para as mulheres.